

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº , de 2007
(do Senhor João Almeida)

Solicita a realização de reunião para examinar as condições que permitiram o expressivo desempenho de empresas espanholas no recente leilão de concessões rodoviárias.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência que sejam convidados o Embaixador do País na Espanha e o Embaixador da Espanha acreditado no Brasil, bem como representantes da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB) e da Delegação da Comissão Européia no Brasil, para reunião nesta Comissão de Relações Exteriores com o objetivo de avaliar, entre outras questões, a influência da política oficial da Espanha de incentivo à internacionalização de empresas na criação de condições excepcionais para a grande competitividade demonstrada por grupos de capital espanhol no último leilão de concessões rodoviárias.

JUSTIFICAÇÃO

Como amplamente divulgado pela imprensa, o fato de empresas de capital espanhol, particularmente a OHL, terem arrematado parte preponderante dos sete lotes rodoviários recentemente licitados pela União – tendo oferecido tarifas de pedágio muito abaixo das dos demais concorrentes – tem suscitado polêmica em torno das razões que viabilizam ofertas tão competitivas. Além de dúvidas sobre a exeqüibilidade das tarifas propostas, setores do empresariado brasileiro apontam os incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo Governo da Espanha como o principal fator que desequilibra artificialmente as condições de competição em favor das empresas de capital espanhol.

A despeito do Ministro da Indústria, Comércio e Turismo da Espanha ter negado a existência de qualquer ajuda governamental no caso das concessões rodoviárias, persistem dúvidas a respeito dos reais impactos diretos e indiretos da política oficial de incentivo à internacionalização de empresas espanholas. Por um lado porque é patente que os grupos espanhóis têm aumentado fortemente sua presença no Brasil em vários setores, destacando-se as recentes aquisições nos segmentos de telefonia e serviços bancários. Além disto, a política de incentivos fiscais e financeiros adotada pelo Governo da Espanha vem sendo crescentemente questionada dentro da própria Comunidade Européia, a exemplo da recente investigação que foi aberta pela Comissão Européia sobre o incentivo fiscal concedido pelo governo espanhol para aquisição de participações expressivas em empresas no exterior. Os exames preliminares conduzidos pela

mencionada Comissão para orientar a abertura da investigação constataram indícios de que o incentivo fiscal espanhol distorce as condições de competição com as empresas de outros países da Comunidade Européia. Neste contexto, não se pode também descartar a possibilidade de que empresas de capital brasileiro estejam sendo prejudicadas pela política espanhola.

Tendo em conta as atribuições desta Comissão no campo das relações externas, inclusive econômicas e comerciais, com outros países, entendemos que realização da reunião que estamos solicitando poderá ajudar a esclarecer melhor a matéria, além de servir para discutir outras questões relacionadas com o intercâmbio de investimentos entre os países, como as condições efetivas de acesso de empresas brasileiras ao mercado de serviços da Comunidade Européia, particularmente da Espanha.

Sala de Comissões, em , de , de 2007.

Dep. João Almeida
PSDB-BA